



Assembleia Municipal

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça

ATA Nº 23 e Nº 24

Reuniões Ordinária Nº 23 e Nº 24, realizadas nos dias 21 de Setembro de 2012 e 24 de Setembro de 2012

Reunião Nº23

Aos 21 dias do mês de Setembro de 2012 reuniu em sessão no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Joana de Brito Monteiro Serrano, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Henrique Miguel Caetano Santana e Miguel Ângelo Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e João Pedro Costa Arraiolos, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

Esta reunião realizou-se em duas sessões, a segunda das quais teve lugar no dia 24 de Setembro de 2012. Verificou-se a ausência de um deputado da bancada do PS na 1ª e 2ª sessões, bem como a ausência do deputado da bancada do PSD na 2ª sessão.

O Presidente da Mesa deu início à sessão eram 21h05m.

Período de Intervenção do Público

O munícipe Júlio Gameiro interveio durante o período reservado à intervenção do público para questionar o Executivo sobre o alcance da intervenção da Câmara no processo de reavaliação dos imóveis para efeitos de IMI. O deputado informou que obteve várias actualizações de classificação de alguns imóveis baseadas em dados que não correspondem à realidade, pelo que infere que a reclassificação foi feita sem que se tivesse ido ao local averiguar das reais condições dos imóveis. A título de exemplo, o munícipe referiu um imóvel térreo com mais de cem anos de idade que aparece na nova classificação como sendo um imóvel de dois pisos. O munícipe pediu ainda ao Executivo que lhe desse acesso aos relatórios que a Câmara entregou às Finanças relativos aos seus imóveis.

O Presidente explicou ao município que a recolha de impostos é uma função do Estado, sendo que a intervenção das Câmaras Municipais nesta matéria é apenas colaborativa ao nível da informação que é fornecida pelos serviços das autarquias aos serviços de Finanças. Relativamente a este caso concreto, o Presidente comprometeu-se em procurar esclarecer o sucedido junto dos Serviços Técnicos da Autarquia. Já quanto à possibilidade de dar conhecimento dos relatórios ao Município, o Presidente não está seguro de que seja possível, mas irá também inteirar-se.

Atas

Passou-se à discussão e votação da Ata nº 21, da sessão ordinária do dia 27 de Abril de 2012.

O deputado Fernando Ramalho, que na última Assembleia tinha sugerido que se precisasse esta acta no que respeitava ao episódio da rejeição do seu requerimento à Mesa, reconheceu que a nova redacção espelha fielmente o que se passou, tanto que as ilegalidades da Mesa resultam do próprio texto. Não obstante, o deputado declarou que ainda falta mencionar na acta que o seu requerimento foi entregue por escrito por imposição da Mesa, que, na pessoa da Presidente em exercício, não aceitava requerimentos orais, do que resultou nova infracção ao regulamento.

A 1ª Secretária da Mesa, na altura Presidente em exercício, Paula Matias, afirmou que não disse que obrigava o deputado a apresentar o requerimento por escrito, simplesmente lhe pediu que o fizesse, pelo que não concorda que na acta fique registado que a apresentação do requerimento por escrito fosse uma imposição sua.

O deputado Fernando Ramalho concordou que a Secretária da Mesa não poderia tê-lo obrigado, mas afirmou que não consideraria o seu requerimento se não fosse apresentado por escrito. O deputado aceita, no entanto, que fique em acta que a Presidente em exercício solicitou o requerimento por escrito, pelo que fez uma proposta de redacção.

Com a inclusão proposta pelo deputado Fernando Ramalho, a acta foi aprovada por maioria com 11 votos a favor e 4 abstenções dos deputados Joana Serrano, Lúcio Amaral, Miguel Eusébio e do Presidente da Assembleia, Mário Santiago.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor	1	4	6	11
Contra				
Abstenção		1	3	4

Passou-se à discussão e votação da Ata nº 22, da sessão extraordinária do dia 22 de Junho de 2012.

Não havendo sugestões de alteração ou correcção, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Miguel Eusébio.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor	1	5	8	14
Contra				
Abstenção			1	1

Período Antes da Ordem do Dia

O deputado Paulo Sardinheiro pediu a palavra para endereçar um requerimento ao Executivo no sentido de que fosse facultada à Bancada do PS informação relativa ao montante da dívida da Câmara Municipal de Alpiarça desagregada por fornecedores e empréstimos bancários a curto, médio ou longo prazo, e reportada aos seguintes momentos: 30/06/2010, 30/06/2011 e 30/06/2012. Para além dessa informação, a Bancada do PS requereu ainda os dados sobre o montante das despesas de capital de 2010, 2011 e referente ao primeiro semestre de 2012. Este requerimento foi entregue por escrito à Mesa da Assembleia.

Interveio em seguida a deputada Graciete Brito. A deputada começou por tecer algumas considerações sobre a Alpiagra, dizendo-se agradavelmente surpreendida com a nova disposição do recinto e organização dos espaços, novidades que tornaram a feira muito mais agradável este ano, e mostrando-se desconcertada por aquilo que considera ser a falha na divulgação do evento, que, segundo a deputada, não foi devidamente nem atempadamente promovido. Quanto ao programa propriamente dito, a deputada considera-o pobre e pouco apelativo. E embora entenda que não estamos em tempos de fazer grandes gastos, nem por isso deixa de haver formas de contornar essas limitações. Por exemplo, a deputada criou expectativas relativamente à exposição consagrada ao historial da Alpiagra, expectativas essas que foram fraudadas quando viu que tal exposição consistia apenas na apresentação dos diversos cartazes de promoção do evento. Para concluir este assunto, a deputada perguntou qual foi o custo total da Alpiagra e qual a diferença entre custo e receita relativamente ao ano anterior.

Por último, a deputada referiu que lhe fizeram constar que, durante o OTL de Verão que teve lugar no Edifício da Escola das Faias, as crianças, pelo menos alguns dias, deslocaram-se a pé e pela hora de maior calor até às cantinas da Escola E.B. 1 e E.B. 2, 3 / S a fim de lá fazerem as suas refeições. A deputada considera intolerável esta situação, tanto mais que a Escola das Faias está dotada de uma cantina que foi recentemente remodelada.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro fazendo referência à conclusão dos trabalhos de substituição do telheiro da Escola E. B. 2, 3/S de José Relvas, obra que há muito vinha a ser reivindicada por toda a comunidade escolar e pela própria Autarquia, uma vez que o estado do telheiro apresentava alguma perigosidade e a sua substituição devia ter sido acautelada atempadamente. Em todo o caso, essa situação está ultrapassada, ao contrário de outras que, por via da transferência de competências feita de uma forma precipitada, continuam a ser motivo de preocupação. O deputado reiterou que o anterior Executivo não só não salvaguardou uma série de situações quando assinou com o Ministério da Educação a transferência de competências, como aceitou como compensação a transferência de uma

verba manifestamente insuficiente dado o estado em que se encontra o edifício. Em todo o caso, a Câmara, dentro das suas possibilidades, vai fazendo algumas obras que vão colmatando algumas necessidades, nomeadamente as obras que estão a ser feitas no antigo ginásio da escola, cujas salas servirão alunos com necessidades especiais, ou as obras na cantina da Escola E. B. 1.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado comentou a situação que o munícipe Júlio Gameiro veio expor dizendo que, se é verdade que são as Finanças que cobram os impostos, não é menos verdade que eles cobram consoante os dados que os Serviços da Autarquia lhes fornecem, dado que são os técnicos da Câmara que vão ao local examinar as condições existentes. Nesse sentido, entende o deputado que o Executivo não se pode escusar às suas responsabilidades nesta matéria.

O deputado mencionou em seguida a recusa da Instituição José Relvas em acolher no lar de idosos uma munícipe, assunto que o deputado já por duas vezes trouxe à Assembleia, e perguntou ao Presidente se este já tinha esclarecido a questão junto da direcção da Instituição como se tinha comprometido fazer.

Para terminar, o deputado afirmou ter testemunhado a existência de maus cheiros na Vala de Alpiarça, junto ao Parque do Carril, e perguntou ao Presidente se este teve conhecimento da situação e o que foi feito para a resolver.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho. O deputado aproveitou a ocasião para felicitar o Executivo pela solução encontrada para a disposição dos espaços da Alpiagra, que o deputado considera ter sido bem conseguida. Deixou no entanto uma sugestão ao Executivo no sentido de este envidar esforços para conseguir uma maior representação institucional na Alpiagra, fossem instituições públicas ou não, ligadas ao turismo, à administração do território, às autarquias, etc. Entende o deputado que o incremento da participação dessas entidades na Alpiagra representaria um sinal positivo de que as entidades políticas estão preocupados com o Concelho e com a sua imagem no Concelho. De resto, o deputado fez votos para que todos os expositores tenham visto as suas expectativas satisfeitas, em particular o PCP, entidade que o deputado espera que tenha conseguido fazer um excelente negócio e se tenha capitalizado com os proveitos do seu pavilhão particular de comes e bebes.

O deputado reportou-se ainda ao facto de lhe ter sido comunicado por vários munícipes, e de ele próprio ter constatado, que Alpiarça está mal servida no que toca à cobertura das redes móveis de comunicação. Com efeito, o deputado teve notícia de que muitas pessoas tinham dificuldades em realizar comunicações telefónicas por falta de cobertura de rede em vários pontos da vila e dos lugares. Num mundo como o de hoje, um Concelho com dificuldades de cobertura de rede é um Concelho condenado à partida. Por se tratar de um interesse estratégico para o Município, entende o deputado que a Câmara podia desenvolver esforços no sentido de procurar junto das operadoras um reforço da cobertura.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado começou por congratular o Executivo pelo trabalho realizado no Parque do Carril, que há 3 anos atrás não era mais do que um parque de merendas abandonado, e agora é um espaço agradável onde as pessoas que se deslocam a

Alpiarça podem merendar e passar umas horas de lazer num ambiente limpo, tratado e bastante acolhedor.

O deputado valorizou ainda a participação da Câmara no Picnicão Nacional, iniciativa que teve lugar no Parque do Carril, e que, segundo o deputado, salvou a honra da Câmara, a qual há uns anos atrás tratou tão mal esta iniciativa ao mandá-la para uma zona ao abandono da Reserva do Cavallo Sorraia que os participantes acabaram por levar uma péssima imagem do nosso Concelho. O deputado acrescentou ainda, para dar ideia aproximada da dimensão do evento, que estiveram em Alpiarça mais de três mil e quinhentas pessoas que assistiram à actuação de mais de 50 grupos etnográficos do país.

Para além disso, o deputado congratulou ainda a Câmara pela realização do Festival do Melão, iniciativa que já vai na sua terceira edição e muito tem contribuído para a promoção do melão de Alpiarça. A juntar a esse evento, o deputado realçou ainda as iniciativas de divulgação do melão levadas a cabo em praças de Lisboa e na Assembleia da República.

Para terminar, o deputado afirmou que as duas intervenções de elogio à Alpiagra são falaciosas, dado que não foram feitas de boa-fé. Na opinião do deputado tais palavras servem apenas para criar a ilusão nas pessoas que ouvem de que os eleitos do PS reconhecem o trabalho feito pelos outros e intervêm de forma participativa e construtiva no processo de melhoramento de Alpiarça. Só os mais incautos caem nestas armadilhas perigosas, e o deputado, confessa, também já foi apanhado neste ardil.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada começou por alertar para o desfasamento dos horários da iluminação da via pública, fundamentando a sua preocupação com exemplos concretos por ela presenciados.

Manifestou em seguida a sua preocupação relativamente à inexistência de sinalização que alertasse para o decorrer dos trabalhos de limpeza das bermas da Estrada Nacional que liga Alpiarça à Tapada.

Perguntou ainda se a Câmara, apesar de não ser sua responsabilidade, já questionou a EDP relativamente aos sucessivos cortes da corrente eléctrica no Município de Alpiarça.

Terminando a sua intervenção, a deputada perguntou se não seria de ponderar a exoneração do elemento Marco Silva da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, dado que a documentação distribuída pelos deputados dá conta da ausência deste elemento em três reuniões sem que o mesmo tivesse apresentado justificação para as suas faltas.

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado congratulou o Executivo pelas melhorias significativas introduzidas no recinto da Alpiagra, desde a limpeza à organização, disposição e identificação dos stands. Relativamente ao programa e aos espectáculos, o deputado discorda das opiniões anteriores, dado que considera que eles foram cirurgicamente escolhidos para satisfazer todos os espectros da população. A este propósito, o deputado destacou a pequena encenação dos trabalhos da vindima por parte do Grupo Albandeio.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar. A deputada manifestou a satisfação da bancada que representa pela resolução do problema da falta de médicos no Centro de Saúde de

Alpiarça, destacando o papel decisivo da Câmara Municipal neste processo, que desde a primeira hora manteve regularmente contactos com as instituições responsáveis, o papel da Comissão de Utentes e o papel da população, que nunca baixou os braços por esta causa. Lembrou ainda que só a bancada do PCP ou dos “Verdes” na Assembleia da República se interessou por este assunto, tendo insistentemente questionado o Governo sobre a matéria.

A deputada congratulou em seguida o Executivo pela realização dos programas de Ocupação dos Tempos Livres (OTL) e Férias Desportivas, realçando o facto de mais uma vez, desde que a CDU está à frente dos destinos de Alpiarça, não ter existido limite de inscrições, o que representa um grande apoio para todas as famílias de Alpiarça. Para além disso, este ano houve um grande envolvimento nestes projectos por parte de todas as associações e colectividades do Concelho, o que a deputada considera muito meritório.

A deputada destacou ainda o passeio organizado pela Câmara para todos os idosos e pensionistas do Concelho, num total de seis viagens a diversos locais turísticos do país, nas quais participaram cerca de 300 pessoas.

Voltou a intervir em seguida o deputado Paulo Sardinheiro, comentando que a intervenção do deputado Celestino Brasileiro não passou de um relato da actividade da Câmara. Esta atitude para além de desagradável, relewa da evidente promiscuidade política que permite que alguém que é assessor do Executivo possa passar para o lugar de deputado municipal e começar a apresentar um relatório da sua actividade. O deputado entende que esta atitude não é normal em democracia.

O deputado aproveitou ainda para perguntar se a Câmara contribui financeiramente, à semelhança do que faz com outras instituições, para a A.R.P.I.C.A. Caso a resposta seja afirmativa, e tendo em conta que é do conhecimento público a existência de um desfalque financeiro nessa associação, o deputado pretende saber qual era a posição do Executivo relativamente a esta matéria e que tipo de diligências o Executivo está a tomar para apurar o sucedido.

Sobre o comunicado acerca da vinda dos médicos cubanos que a Câmara distribuiu pela população, o deputado classificou-o de propaganda, até porque todos sabiam que os médicos estavam afectos ao Centro de Saúde há pelo menos três meses, e se não vieram antes foi porque não passaram no exame de português da Ordem dos Médicos. O deputado afirmou que enquanto se gasta dinheiro em propaganda, ele escasseia noutras áreas de maior importância para o Município.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado defendeu-se da acusação de desonestidade que foi feita ao colega da bancada Celestino Brasileiro, dizendo que desonesto é pôr em causa a honestidade dos eleitos. Lembrou que é deputado municipal há 7 anos, mas que participa no trabalho autárquico há muito anos, o tempo suficiente para saber o que está a dizer. Houve noutros tempos quem nem sequer fizesse parte dos gabinetes de apoio ou dos órgãos de decisão mas viesse para a Assembleia fazer a defesa do Executivo como se dele fizesse parte. O deputado repudiou aquilo que considera ter sido o caminho escolhido pela bancada do PS, que passa sobretudo pelo achincalhe das pessoas. O deputado lamentou que estivesse a chamar desonestos a pessoas que toda a vida foram honestas e que se tivesse passado ao ataque

pessoal num local onde só devia existir ataque político. Defendeu que nem ele nem o deputado Celestino Brasileiro são desonestos e que desde que a pessoa tenha convicções e seja ideologicamente bem formado, pode defender as suas posições em qualquer lugar e em qualquer momento. Aquilo que os deputados defendem nesta Assembleia é o mesmo que defendem em qualquer outro lugar.

Quanto aos lucros do pavilhão do Partido Comunista na Alpiagra, o deputado declarou que o deputado Fernando Ramalho não tinha com que se preocupar, dado que os lucros ainda não chegavam para comprar a sede do PS. Acrescentando que o PS devia ter outras preocupações.

Em relação à acusação que dava como propagandística a informação que o Executivo disponibilizou à população acerca dos médicos cubanos, o deputado avançou que se os médicos não tivessem vindo para Alpiarça esta Assembleia não pouparia nas críticas ao Executivo, fazendo-o passar por incompetente. Mas como o Executivo conseguiu que os médicos viessem a acusação é de que o Executivo está a fazer propaganda com este assunto. Terminou pois o deputado fazendo o apelo para que a bancada do PS seja honesta e contribua para que alguma coisa se faça em Alpiarça.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado mostrou-se surpreendido com a intervenção do deputado Paulo Sardinheiro e lembrou ao deputado que foi presidente da Associação Estudantes enquanto aluno da Escola José Relvas e membro e presidente da Associação de Pais da mesma escola enquanto encarregado de educação, circunstâncias que comprovam a sua paixão genuína pelas questões relacionadas com a educação, que acompanha de perto sempre que pode. Não é pois de estranhar que o deputado tivesse enaltecido o trabalho deste Executivo nessa área. Lembrou ainda ao deputado Paulo Sardinheiro que as informações que deu são públicas e podem ser consultadas por qualquer cidadão do mundo no site da Câmara na internet. Não é, pois, necessário ocupar nenhum cargo político especial para se estar a par destas coisas, assim haja vontade e interesse.

Interveio por fim o deputado Paulo Sardinheiro, esclarecendo o sentido da sua intervenção anterior a qual, segundo o deputado, talvez não tivesse sido bem entendida. O deputado lembrou que não falou em desonestidade, mas antes em promiscuidade institucional, e que se limitou a criticar a forma como a exposição foi feita, uma vez que parecia a apresentação de um relatório da actividade da Autarquia feita pelo assessor do Executivo e não por um deputado municipal.

Antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas, o Presidente da Assembleia propôs que se fizesse um intervalo.

Retomados os trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Câmara. Começando pela intervenção da deputada Graciete Brito, o Presidente esclareceu que, relativamente à divulgação da Alpiagra, foram respeitados os timings normais de divulgação do certame, embora admita que possa ter havido algum atraso na chegada do programa à casa das pessoas, situação que procurará corrigir no futuro. Em todo o caso, a divulgação do programa precedeu a data da chegada do folheto à casa dos munícipes.

Quanto ao custo total da Alpiagra, o Presidente avançou que essa informação ainda não foi apurada, mas comprometeu-se em fornecer os números à Assembleia assim que se fechem as contas do evento. Ainda assim, o Presidente asseverou que tudo aponta para que esta Alpiagra tenha custado menos de metade do que custou a Alpiagra de 2009. Acrescentou que quando havia possibilidade de gastar de forma desproporcionada os meios financeiros da Autarquia através do endividamento a fornecedores, era mais fácil trazer espectáculos mais apelativos, e lembrou que o trabalho que dá contratar nomes sonantes é exactamente o mesmo que contratar nomes menos sonantes. Não é essa contudo a política deste Executivo, mais empenhado em salvaguardar a tessitura económica local e regional.

De resto, a Alpiagra superou os objectivos propostos, facto reconhecido por muita gente.

Relativamente à Escola das Faias, o Presidente aproveitou para informar a Assembleia que o edifício, por via da cessação de funções enquanto escola, foi destinado às associações e colectividades do Concelho, sendo que os protocolos de cedência de espaços já estão a ser elaborados e algumas colectividades já preparam a instalação das novas sedes no local. Já em relação à pergunta concreta da deputada Graciete Brito, o Presidente confirmou que houve em certos momentos deslocação das crianças a pé para almoçarem, mas ao contrário da deputada não vê mal nenhum nisso, até porque o exercício físico e o movimento são fundamentais para o desenvolvimento das crianças. O Presidente regista a preocupação da deputada, mas desdramatiza a situação, preferindo salientar o facto de, mais uma vez desde que o Executivo assumiu funções, não se ter limitado o número de inscrições, como acontecia no mandato anterior, dando oportunidade a todas as crianças de se inscreverem e usufruírem deste serviço.

O Presidente referiu-se em seguida à intervenção do deputado Celestino Brasileiro, reiterando a sua satisfação pela conclusão da obra de substituição do telheiro da escola, obra que há muito vinha sendo reivindicada e que só depois de árduas negociações com a DREL se conseguiu fazer valer o compromisso desta entidade em suportar o custo da obra. O Presidente lamentou que esta e outras obras não tivessem ficado asseguradas aquando da assinatura do acordo de transferência de competências pelo anterior Executivo como competia a quem está responsabilizado por defender os interesses do Município.

Relativamente à intervenção do deputado João de Brito e à imputação de responsabilidade à Câmara no processo de avaliação de imóveis, o Presidente começou por alertar o deputado para o facto de a mesma situação se passar noutras câmaras, nomeadamente geridas pelo PSD, e explicou que esta situação só está a acontecer porque o Governo recorreu a este expediente de transferência do ónus e do descontentamento popular pelo aumento do imposto para as Autarquias. Se por um lado é verdade que as Câmara vão receber mais receita de IMI, por outro, tal aumento de receita não se faz sem o consequente desgaste dos órgãos autárquicos. Em todo o caso, nada deste processo passa pelo Presidente ou pelos vereadores, e ainda que os serviços da câmara vão ser questionados sobre este assunto, o Presidente sabe de conversas prévias que os procedimentos e os critérios a que este processo tem de obedecer estão a ser seguidos.

Já quanto ao problema dos maus cheiros junto à zona do Carril, o Presidente lembrou que a estação elevatória instalada no local é da responsabilidade directa da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, pelo que a Câmara se limita a contactar os serviços dessa empresa logo que

surgem questões de inconformidade com as regras ambientais, sendo que a situação que o deputado reportou foi imediatamente reportada. De qualquer forma, o Presidente tem a certeza que o problema dos maus cheiros foi fortemente atenuado com a entrada em funcionamento da referida estação elevatória.

No que respeita à intervenção do deputado Fernando Ramalho, o Presidente começou por registar a sugestão de alargar a representação institucional na Alpiagra, não obstante ter acrescentado que, de qualquer forma, os convites são enviados para as entidades.

Relativamente aos problemas de cobertura de rede, o Presidente informou que já houve comunicação com as operadoras no sentido de incentivar o reforço do sinal. A situação já foi bem pior, mas não está ainda completamente resolvida, pelo que o Presidente insistirá junto das operadoras.

Quanto às questões da deputada Ana Margarida do Céu, o Presidente começou por explicar que o processo de ajuste do horário de iluminação pública terá forçosamente de ser dinâmico e que por isso é natural que surjam alguns desajustes pontuais. Cabe à EDP estar atenta à situação e à Autarquia alertar a EDP sempre que necessário. O Presidente registou a reclamação e vai pedir aos serviços para, se não o fizeram já, fazerem o reporte à EDP.

Em relação à limpeza das bermas da Estrada do Campo, o Presidente lembrou que essa estrada passou para a responsabilidade do Município também na sequência de uma transferência de competências sem contrapartidas, e acrescentou que fará chegar o recado junto dos encarregados a fim de que as regras de segurança e sinalização sejam cumpridas.

Relativamente à questão da vinda dos médicos cubanos, o Presidente deixou claro que desde a primeira hora o Executivo assumiu a responsabilidade por tudo fazer para que a nossa população ficasse bem servida ao nível dos cuidados primários de saúde, contribuindo assim para a defesa do nosso serviço nacional de saúde, uma importante conquista de Abril. Esta atitude não podia, de resto, deixar de ser tomada por parte dos eleitos de uma força política como a CDU. Não percebe pois o Presidente o porquê a admiração manifestada pela Bancada do PS relativamente a este assunto.

Acrescentou ainda o Presidente que todo este processo foi conduzido às claras, e que a Câmara tudo fez, fosse através do relacionamento institucional, fosse através da articulação com todos aqueles que se mostraram interessados em defender o serviço nacional de saúde, para contribuir de forma decisiva para a resolução do problema da falta de médicos no Centro de Saúde. Não o fez, em locais destinados a reuniões de pessoas que são membros de associações que não têm visibilidade pública, nem através de qualquer tipo de rede de influências, amiguismos ou clientelismos.

O Presidente reportou-se ainda à acusação de propagandismo em torno desta questão, aceitando de bom grado a acusação e assumindo que houve de facto propaganda, embora propaganda da boa, uma vez que é propaganda feita com a verdade e de forma transparente.

Disse-se factualmente convencido de que alguns eleitos do PS e muitos apoiantes dessa força política ficariam muito satisfeitos se os médicos não tivessem sido colocados em Alpiarça, do que resultaria aquilo que entenderiam como uma grande derrota para a CDU.

Terminou deixando uma palavra pública de apreço à Comissão de Utentes do Centro de Saúde, cujo papel foi determinante para o desfecho positivo.

Por último, o Presidente informou que a Autarquia não transfere qualquer tipo de verbas para a A.R.P.I.C.A.

As restantes perguntas foram respondidas pelo Vereador João Pedro Arraiolos, que começou por responder à questão do deputado João de Brito acerca da munícipe que não teria conseguido vaga na Fundação José Relvas. O Vereador informou que esteve na reunião do Conselho de Administração da Fundação e que lhe foi comunicado que a munícipe em causa já estava na Fundação como utente. A administração explicou ainda que na altura a utente só não foi admitida porque reclamava privilégios que outros utentes não tinham, atendendo ao passado do seu falecido marido.

Relativamente aos cortes do fornecimento de energia pela EDP, o Vereador lembrou que os cortes que são sentidos pela população são igualmente sentidos pela Câmara, e que apresentou uma reclamação à EDP, na qual constava o relatório dos cortes registados na central de energia.

Terminado o período de resposta do Executivo, pediu a palavra em Defesa da Honra o deputado Fernando Ramalho. O deputado evocou a intervenção do Presidente da Câmara quando disse que podia apresentar provas concretas de que alguns elementos do PS/Alpiarça é a Razão se opunham à vinda dos médicos cubanos para Alpiarça. A bancada do PS pretende que essas acusações sejam concretizadas a fim de se poder aferir a veracidade da afirmação caluniosa do Presidente da Câmara.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 - Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado questionou sobre a intervenção na sede da A.R.P.I.C.A. reportada na informação escrita, perguntando se A.R.P.I.C.A. paga à Câmara as reparações que esta faz na sua sede ou se se trata, na verdade, de um financiamento indirecto, contrariando as declarações do Presidente da Câmara que negavam a existência de qualquer tipo de financiamento por parte da Câmara a essa instituição.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado referiu-se às medições para efeitos de IMI feitas pelos serviços da Câmara, perguntando como é que elas são feitas. Acrescentou que se os serviços contactassem as pessoas no sentido de estarem presentes no momento das medições talvez muitos dos problemas que surgiram pudessem ter sido evitados.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar para realçar as obras e melhoramentos que têm sido levados a cabo por este Executivo, tanto na vila como nos lugares, e destacar o cuidado que tem havido com a limpeza das ruas.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro, que realçou o facto de, num contexto económico adverso como o que se vive, apesar de todos os cortes de financiamento do Governo às Autarquias, e apesar da realização de duas obras de grande envergadura, a Câmara ter conseguido reduzir a dívida do Município em cerca de um milhão de euros nos últimos três anos.

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado referiu-se à tentativa de criação de um posto do INEM em Alpiarça em conjunto com os Bombeiros, pedindo ao Presidente que desenvolvesse o assunto, dado que o considera de extrema importância.

O Presidente da Câmara começou por responder à questão do deputado Lúcio Amaral, remetendo a sua resposta para o que tinha dito anteriormente sobre essa questão, e comprometendo-se em averiguar junto dos serviços quais os procedimentos seguidos.

Quanto à questão do deputado Fernando Ramalho, o Presidente esclareceu que a pergunta que lhe foi feita foi se havia transferência de verbas para a A.R.P.I.C.A., e foi a isso que ele respondeu. O facto de não haver transferências não impede que a Câmara colabore com essa instituição da mesma forma que colabora com muitas outras instituições que requerem colaboração da Câmara. A A.R.P.I.C.A. pediu ajuda à Câmara na elaboração do projecto para a remodelação do seu edifício e a Câmara acedeu prontamente a esse pedido, como acedeu a outros pedidos de outras instituições e como o próprio PS enquanto maioria acedeu muitas vezes a pedidos desta e doutras instituições.

Relativamente ao posto de emergência médica a instalar em Alpiarça, o Presidente explicou que foi assinado um protocolo com o INEM que estabelece não só a criação de um posto com essas características a ter lugar no Quartel dos Bombeiros de Alpiarça, como a cedência de uma ambulância do INEM a ser operada pelos elementos do Corpo de Bombeiros de Alpiarça, razão pela qual alguns elementos vão fazer formação dada por aquela instituição. Com este protocolo o corpo de bombeiros fica reforçado em mais uma ambulância e passará a prestar socorro mais eficiente à população.

Por fim, o Presidente referiu-se à diminuição significativa do montante da dívida durante a vigência deste mandato, adiantando que tal diminuição se deveu sobretudo à aplicação ao Município de Alpiarça das regras definidas pelo Estado, pelo que a diminuição da dívida resulta de uma necessidade e não apenas da vontade de diminuí-la. Por contraste, o Presidente recordou que ao longo dos 12 anos de mandato do PS, esta força política endividou a Autarquia em média a um ritmo de um milhão de euros por ano, e propôs à Assembleia o exercício de imaginar o que resultaria em termos de obra se a CDU tivesse tido a mesma possibilidade. Não sendo essa, contudo, a realidade, entende o Presidente que não se pode admitir de forma alguma que se tente passar um atestado de ignorância aos munícipes, dando uma prova de demagogia, ao exigir-se a este Executivo aquilo que não é possível realizar por razões objectivas.

Sendo neste momento meia-noite, o Presidente da Assembleia, cumprindo o disposto no Regimento deste órgão, colocou à votação a continuação desta sessão, tendo-se aprovado por maioria a continuação da sessão com as abstenções dos deputados Lúcio Amaral, Fernando Ramalho e Graciete Brito.

- Ponto 2 – Apreciação e discussão de proposta a apresentar para extinção/eleição de Comissão de Geminação.

O Presidente da Assembleia explicou que este ponto aparece na ordem de trabalhos a seu pedido, uma vez que enquanto Presidente deste órgão e Presidente desta Comissão entendeu relevante fazer um balanço ao funcionamento desta Comissão, até porque se trata de um órgão que depende orçamentalmente da Câmara Municipal (CM). Assim, durante os três anos de funcionamento desta Comissão, entre as mais variadas reuniões que se realizaram, efectuaram-se vários contactos com a geminante francesa, fez-se uma viagem a França há cerca de dois anos, foram enviadas duas delegações que fizeram um trabalho muito meritório no restabelecimento do contacto com as entidades congéneres, o qual estava um pouco adormecido, entre outras iniciativas. O Presidente da Assembleia esperava, no entanto, que o Executivo Municipal se interessasse um pouco mais pelo trabalho desta Comissão e que inclusive procurasse conhecê-lo, o que não tem acontecido para desagrado do Presidente da Comissão e restantes membros da Comissão. Assim, o Presidente da Assembleia entendeu por bem apresentar na última reunião da Comissão de Geminação uma proposta no sentido de submeter à Assembleia Municipal a decisão de continuar a apostar neste órgão e de continuar a alocar meios financeiros ao seu funcionamento, findo o que passou a ler carta que apresentou na reunião da Comissão de Geminação na qual lamentava o facto de o Executivo não ter convidado a Comissão de Champigny para estar presente na inauguração da Alpiagra, à semelhança do que acontecia anteriormente e como retribuição da presença da comissão de Alpiarça nessa vila francesa, e propunha que a Assembleia Municipal decidisse entre uma de duas medidas, ou a extinção da Comissão de Geminação ou a eleição de novos corpos dirigentes. Na mesma comunicação o Presidente da Assembleia renunciava ao seu cargo de Presidente da Comissão.

Para terminar, o Presidente da Mesa deu ainda conta à Assembleia da resposta formal do Presidente da Câmara, na qual explica que a vinda dessa Comissão francesa à Feira da Alpiagra não foi possível por questões de ordem prática.

O Presidente da Câmara afirmou discordar da opinião do Presidente da Assembleia, e afirmou que desde a primeira hora a Câmara Municipal apoiou esta geminação, tendo delegado na Comissão de Geminação a responsabilidade de programar as actividades e relacionar-se com a congénere francesa, sendo que o Município sempre se mostrou disponível para apoiar e dar cobertura as todas as iniciativas decorrentes do relacionamento institucional com a nossa geminada, fossem deslocações de delegações alpiarçenses a Champigny ou outras acções de intercâmbio. O Presidente da Câmara fez ainda um pequeno relatório da actividade da Comissão de Geminação e do apoio que a Autarquia prestou, nomeadamente, por exemplo, a vinda de dois cicloturistas franceses para participarem na Mini-Volta a Portugal em Bicicleta integrados na equipa de Alpiarça ou o projecto de colaboração ao nível da investigação científica entre as escolas dos dois municípios, projecto que se encontra em análise no Agrupamento de Escolas, entidade para quem o Presidente enviou imediatamente todos os dados. O Presidente reconheceu no entanto que um dos aspectos propostos pela Comissão de Geminação não se concretizou, nomeadamente a vinda de dois representantes de Champigny

e a possibilidade de haver um stand do município francês na Alpiagra, o que, como o Presidente explicou em carta ao Presidente da Comissão, não se concretizou por lapso e por questões de ordem práticas, facto que o Presidente assume e lamenta. Em todo o caso, ainda nessa carta, o Presidente propunha que os representantes da congénere francesa viessem a Alpiarça em Abril a fim de assistirem às comemorações do 25 de Abril e, simultaneamente, participarem na Feira do Livro com um stand de promoção cultural, turística, económica, etc. Em suma, o Presidente afirmou que a Autarquia tem todo o interesse em manter o relacionamento com o município de Champigny, contando para isso com uma Comissão de Geminação, esta ou outra, embora reconheça que se deva ser muito realista neste processo dadas as diferentes realidades económicas e desproporção de capacidade financeira dos dois municípios. Em todo o caso, se a vontade da Assembleia for extinguir a Comissão, entende o Presidente que se terá de encontrar outra forma de continuar esta geminação.

Interveio sobre este assunto a deputada Graciete Brito dizendo-se surpreendida por não se ter concretizado a vinda dos nossos parceiros de Champigny, na medida em que, aquando da visita da comitiva alpiarcense a Champigny, a deputada, enquanto membro dessa comitiva, foi encarregada de entregar às autoridades dessa cidade um plano de actividades que incluía essa vinda ao nosso Concelho da comitiva francesa por altura da Alpiagra, para além de que essa visita não acarretaria grande despesa para o Município, dado que os membros da Comissão de Geminação se preparavam para receber a comitiva francesa nas suas casas particulares, à semelhança do que aconteceu em França.

Na última reunião da Comissão ficou a saber do ofício que o Presidente da Câmara tinha enviado a explicar que a vinda da comitiva francesa não se tinha concretizado por razões de ordem prática, o que na altura entendeu não ser explicação. Consegue no entanto entender que se tenha tratado de um lapso, embora se trate de um lapso que nos fica muito mal e que nos obriga a desculpar-nos perante a congénere francesa.

Nessa mesma reunião foi confrontada com a posição do Presidente da Assembleia Municipal, a qual, apesar de tudo, compreendeu perfeitamente, embora a surpreenda e desiluda. Entende a deputada que a Comissão de Geminação deve levar até ao fim o mandato para o qual foi eleita, pelo que já teve oportunidade de dizer ao Presidente da Assembleia para este repensar a sua posição. Em todo o caso, se o Presidente da Assembleia não voltar atrás com a sua decisão, os elementos da bancada do PS na Comissão serão solidários com ele e renunciarão também aos seus mandatos.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar desvalorizando este problema e lembrando que houve apenas uma única questão para a qual não houve resposta, e que o Presidente da Câmara já assumiu que podia, de facto, ter agido de outra forma, tendo descurado um pouco este assunto dadas as condicionantes da altura e a preocupação com a organização da Alpiagra. De resto, concorda com a opinião da deputada Graciete Brito e acha que esta Comissão se devia manter até ao final do mandato e adiantou que a CDU mantém a confiança nas pessoas que designou para esta Comissão.

Interveio também o deputado Celestino Brasileiro, reafirmando em nome da bancada da CDU a confiança quer nos eleitos designados para esta Comissão, quer no Executivo que tudo tem feito para apoiar o trabalho da Comissão, não obstante o lapso que já foi explicado. Entende o

deputado que não há motivos de força maior para extinguir esta Comissão, até pelo bom trabalho que tem vindo a desenvolver.

Sobre este assunto interveio ainda o deputado João de Brito, dizendo-se triste pela situação, que, não sendo se calhar grave, é pelo menos de lastimar. Acredita que houve uma falha de comunicação e que há uma certa incompreensão entre determinados elementos da Comissão e do Executivo, acrescentando que não sabe se há alguém que não o queira na Comissão. Recordou a este propósito o episódio dos ciclistas franceses que eram para vir participar na Mini-Volta a Portugal, iniciativa que ele estava a trabalhar junto da Federação Portuguesa de Ciclismo e da organização da prova, e lamentou que tivesse tido conhecimento tardio de que afinal os ciclistas já não vinham e por intermédio de alguém que não pertencia nem à Câmara nem à Comissão, situação que considera anormal e que o deixou ficar mal visto perante as entidades responsáveis pela prova.

Sugeriu ainda que nada disto teria acontecido se esta Comissão tivesse autonomia financeira, o que a permitira levar a efeito a expensas próprias as iniciativas que entendesse.

Por fim, declarou que também se opõe à extinção da Comissão, mas que seguirá o Presidente da Assembleia Municipal se ele mantiver a sua posição de renunciar ao cargo de Presidente da Comissão de Geminação.

O Presidente da Assembleia sugeriu que não se decidisse nada hoje, e atendendo a que esta geminação teve origem na assinatura de um protocolo entre os presidentes de câmara dos dois municípios, que na próxima assembleia o Executivo trouxesse uma proposta no sentido de dizer à Assembleia como é que acha que esta Comissão deve funcionar de forma a defender os princípios de funcionamento protocolados com a geminante.

A deputada Graciete Brito afirmou concordar com a sugestão do Presidente e deixou o alerta para o modo de funcionamento das geminações da cidade de Champigny, que é totalmente independente do Executivo Camarário, pelo que não vê com bons olhos que o Executivo de Alpiarça tome a seu cargo em exclusividade a responsabilidade desta tarefa, o que destoaria com o que acontece em França e poderia criar constrangimentos institucionais.

O Presidente da Câmara respondeu a esta ressalva dizendo que a forma de funcionamento dos outros não pode condicionar a política de relacionamento exterior de Alpiarça. De resto, o Presidente faz questão de se dirigir pessoalmente ao Presidente da Câmara de Champigny a convidá-lo para estar presente em Alpiarça por altura das comemorações do 25 de Abril e da Feira do Livro, bem como à Comissão de Geminação de Champigny.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do Despacho nº 10/VF/2012 – Proposta de deliberação da ratificação do acordo de pagamento da dívida à EDP, assinado em Maio de 2012 entre a CMA, a EDP Distribuição de Energia SA e a EDP Serviço Universal SA.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada entende que o Presidente devia informar a Assembleia das obrigações que decorrem para o Município da assinatura deste acordo, até porque a nova Lei dos Compromissos, ao abrigo da qual esta proposta foi submetida à Assembleia, é muito exigente no que se refere à responsabilidade dos eleitos nas decisões que tomam.

Em relação à dívida à EDP no valor de 20 e tal mil euros, a deputada realçou que este montante de dívida tenha sido contraído durante o mandato deste Executivo e estranha que este Executivo, que se assume como tão célere a pagar os seus compromissos de curto prazo, deixe acumular uma dívida desta natureza sobre a qual vai ter depois de pagar juros.

O Presidente da Câmara perguntou se, tendo em conta o que a deputada disse sobre a Lei dos Compromissos, esta estaria com medo de aprovar esta proposta, não se solidarizando assim com a Vereadora do PS que aprovou a proposta em reunião de Câmara.

A deputada Graciete Brito disse que no PS não se seguia diretrizes partidárias e todos eram livres de ter a sua opinião.

Relativamente à pergunta da deputada, o Presidente explicou que se tratou de uma opção de gestão, articulada entre o Executivo e os Serviços, e que, por exemplo, à semelhança da maioria dos municípios, também o anterior Executivo fez o mesmo tipo de acordo, na altura para o pagamento de uma dívida de 170 mil euros. O Presidente explicou ainda que devido ao aumento dos custos da electricidade, aquilo que a EDP paga ao Município pela utilização da rede eléctrica não é suficiente para cobrir os custos de consumo da Autarquia, daí que haja necessidade de fazer estes acordos, que, de resto, não relevam para o endividamento a mais de 90 dias, pelo que não representa aumento da dívida.

A Vereadora Regina Ferreira pediu a palavra para agradecer a preocupação do Presidente, pedindo-lhe no entanto para não se preocupar consigo. A Vereadora assume a responsabilidade dos seus actos e acrescentou que o seu sentido de voto não veicula qualquer membro do seu partido.

Intervenção do deputado João de Brito perguntando se já foi feito algum estudo que revelasse se a política de redução de iluminação pública está a ter resultados significativos.

O Presidente explicou que não ainda houve tempo para aferir dos consumos, embora seja intenção do Executivo proceder a esse estudo.

A propósito deste assunto, o Presidente da Assembleia mencionou que existe uma nova tecnologia de iluminação, através da utilização de LED's, tecnologia que, sendo mais cara, em longa duração traz bastante poupança, pelo que deixou a sugestão ao Executivo de perguntar à EDP se pensam aplicar a nova tecnologia no Concelho de Alpiarça, o que podia evitar esta política de poupança de energia com todos os inconvenientes em termos de segurança que acarreta.

O Presidente informou que já houve a preocupação de se informarem acerca dessa possibilidade. Na altura o Vereador Mário Peixinho chegou a encetar contactos com a EDP e com empresas que propuseram a experiência com esse tipo de materiais, mas essa eventualidade resvalou sempre no mesmo problema: o do investimento inicial que neste momento é impossível de suportar.

Posto à votação, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor	1	5	9	15

Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 3

- Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de emissão de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

O Presidente da Câmara explicou que a necessidade da introdução desta proposta na agenda da Assembleia decorre do constrangimento ao normal funcionamento dos municípios decorrente da aplicação da Lei dos Compromissos, a qual obriga à aprovação por parte da Assembleia Municipal (AM) de todas as despesas plurianuais do Município. Não sendo possível manter uma AM em permanência, e por sugestão da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), apresenta-se esta alternativa, que consiste na autorização prévia genérica por parte da AM aos compromissos que serão assumidos pela Câmara, sendo que posteriormente todos os compromissos serão apresentados em relatório à AM. O Presidente acrescentou ainda que um documento semelhante estará neste momento a ser aprovado em tantas outras AM.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado não concorda com o Presidente quando este diz que era necessário uma AM em permanência, pelo menos não no caso de Alpiarça, até porque desde que a lei entrou em vigor vieram muito poucas propostas deste género para aprovar. O deputado não acha que haja grande constrangimento em que o contrato em questão fosse aprovado numa das várias AM que se realizam anualmente, e também não vê como um constrangimento de maior que a CM convocasse a AM num caso que se revestisse de importância e urgência suficiente para o justificar. Para além disso, a autorização prévia coloca uma série de embaraços às oposições, que com esta autorização prévia de despesas podem estar a autorizar alguma coisa que tenham votado contra na aprovação das Grandes Opções do Plano e que considerem lesivas para o interesse municipal. Assim, não pode aprovar em consciência esta proposta, pelo que se absterá.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada começou por concordar com o Presidente quando este diz que a lei parece pouco clara, embora lhe pareça evidente que o principal objectivo da lei é fazer com que a AM passe a monitorizar de forma mais apertada a gestão da Câmara Municipal, pelo que não se sente à vontade para passar uma carta em branco à Câmara, contrariando o sentido da legislação e podendo comprometer a sua tomada de posição a propósito de uma matéria que tivesse votado contra aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Intervenção em seguida o deputado Fernando Ramalho. O deputado sugeriu que votaria favoravelmente esta proposta se o limite do valor máximo autorizado previamente pela AM fosse diminuído em relação aos 99 mil euros que constam na proposta.

Para esclarecer o deputado sobre a origem do valor máximo de despesa plurianual a autorizar previamente o Presidente da Câmara pediu a intervenção da Chefe de Divisão Financeira e Administrativa da Autarquia, Maria do Céu.

A Chefe de Divisão explicou que esse valor reporta à anterior legislação, que previa que despesas superiores a 99 mil euros deviam ser autorizadas pela Assembleia. Trata-se apenas de dar continuidade à legislação cessante adoptando o seu valor de referência.

O Presidente da Câmara deixou claro que, na sua opinião, qualquer proposta diferente daquela que aqui se apresenta cria limitações à acção da Autarquia e representa um voto de desconfiança relativamente ao Executivo Municipal. Acrescentou ainda que considera que a própria AM, ao dar esta autorização, está ela própria a manifestar a sua posição face aos aspectos absurdos desta legislação.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado defendeu que a proposta contraria o espírito da lei, que foi criada com a intenção de criar mais transparência nas Autarquias. Entende por isso que se se aprovasse um tecto máximo mais baixo, por exemplo de 50 mil euros, já o Executivo teria alguma margem de manobra sem que a AM contrariasse a lei.

O Presidente defendeu que transparência é trazer todos os dados à AM, como o Executivo sempre fez, e acrescentou que esta lei é apenas uma interposição abusiva do Estado Central relativamente ao Poder Local. Lembrou mais uma vez que a grande maioria dos municípios se uniu em torno desta afirmação da autonomia do Poder Local, que está a ser fortemente atacada.

Intervenção do deputado João de Brito. Entende o deputado que se a proposta não vai contra a lei, não se devia estar a perder mais tempo com esta discussão dado o adiantado da hora, pelo que propõe que se entrasse na votação deste ponto.

O Presidente da Assembleia corroborou esta ideia, dizendo que depois da votação deste ponto iria propor a suspensão dos trabalhos, uma vez que já não estavam reunidas condições objectivas para a continuação dos trabalhos. Tendo em conta o avançado da hora, o Presidente sugeriu que se passasse imediatamente à votação do ponto ou que alguma das bancadas apresentasse uma proposta no sentido de haver alteração do valor em causa, que deveria também ela ser votada imediatamente.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado lembrou que é recorrente as AM estenderem-se até muito tarde e imputou a culpa desta situação ao Presidente da Câmara, que gastaria mais do que o tempo regimentado para responder às questões que lhe são colocadas, reportando-se muitas vezes a assuntos de política geral que nada interessam para a discussão e para o interesse do Município. O deputado lamentou que, recorrentemente, e sempre que se começa a abordar os assuntos da ordem do dia, se faça passar a ideia de que os eleitos é que são culpados pelo adiantar da hora, acusando-os de estar a perder tempo com a discussão e pedindo-lhes que se calem. O deputado considera esta atitude inadmissível e anti-democrática, uma vez que não são culpados pelo adiantado da hora e estão a cumprir o seu papel, que é fiscalizar o Executivo avaliando as suas propostas. Lembrou, por fim, que aquando da aprovação do Regimento, o PS propôs que a partir da 01h00 da manhã qualquer deputado pudesse interromper os trabalhos porque não era humanamente exigível que se estivesse aqui depois de certa hora, proposta que a maioria rejeitou terminantemente.

Passou-se à votação do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com 10 votos a favor e 5 abstenções.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor	1		9	10
Contra				
Abstenção		5		5

Votação do ponto 4

Posto o que o Presidente da Assembleia propôs que se suspendesse a sessão, visto que já não havia condições para continuar e ainda faltavam discutir 10 pontos da Ordem de Trabalhos, alguns deles muito importantes.

O Presidente da Câmara lembrou que as AM têm peso nas Finanças do Município e que há pontos para aprovar que têm implicações no funcionamento da Autarquia.

O Presidente da Assembleia concordou com esta posição, mas adiantou que não existia nenhum ponto a discussão que tivesse que ser votado nesse mesmo dia e que comprometesse prazos legais ou a gestão da autarquia, ainda mais considerando que poderiam continuar os trabalhos nos dias imediatamente seguintes.

Posta à votação, a suspensão da reunião foi aprovada por maioria com sete votos a favor, seis votos contra e uma abstenção. No momento da votação havia uma ausência da sala de um elemento da bancada da CDU.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor	1	4	2	7
Contra			6	6
Abstenção		1		1

Votação da suspensão da reunião

A reunião foi suspensa, tendo sido retomada no dia 24 de Setembro de 2012.

Reunião Nº24

Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, 24/09/2012

- Ponto 5 – Apreciação e ratificação da listagem dos compromissos assumidos a mais de um ano económico, efectuado entre um de Janeiro e trinta e um de Agosto de 2012.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada questionou o Executivo acerca do serviço de limpeza do Centro Escolar prestado pela empresa Conforlimpa. A deputada perguntou se o pessoal afecto ao recinto escolar, nomeadamente os assistentes operacionais, não têm nas suas competências proceder à limpeza do parque escolar, ou se se tratou de alguma limpeza extraordinária.

Questionou ainda acerca da prestação de serviços de assessoria estratégica e consultadoria, no valor de cerca de nove mil e seiscentos euros. Pretendia perceber em que consistiu este serviço e com que objectivo.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado referiu-se a este último contrato referido pela sua colega de bancada, realçando o facto de as datas de início e de fim do contrato não estarem preenchidas. Perguntou, pois, se se trata de um serviço único, isto é, se, ao contrário dos outros, não é um contrato de execução continuada.

Perguntou também se os quadros que não têm número de concurso se tratam de adjudicações por ajuste directo.

Referiu-se também ao contrato de prestação de serviços de protecção civil em regime de avença, perguntando que serviços concretos fazem parte deste ícone.

Por último, pediu esclarecimentos em relação à aquisição de serviços de aluguer de plataforma electrónica.

Antes de dar a palavra ao próximo deputado inscrito, o Presidente da Assembleia perguntou se esta reunião estaria a ser filmada, uma vez que um funcionário da autarquia tinha montada uma câmara de filmar num tripé, ao que o Presidente da Assembleia pediu para a desmontar.

O deputado Fernando Ramalho pediu que se fizesse um ponto de ordem, pedindo esclarecimentos sobre a última intervenção do Presidente da Assembleia. Acrescentou que quando vinha para esta reunião lhe fizeram chegar que a Câmara tinha publicado um comunicado dizendo que iria proceder à gravação vídeo desta sessão, pelo que pediu esclarecimentos ao Presidente da Assembleia sobre a origem desta notícia, perguntando se se tratou de alguma deliberação da AM ou se foi a Câmara que decidiu imiscuir-se nos trabalhos da AM.

O Presidente da Assembleia esclareceu que é a Assembleia Municipal que é responsável pela organização destes trabalhos. A AM não emitiu qualquer comunicado deste tipo, pelo que não existe autorização para se proceder à gravação vídeo da AM.

O Presidente da Câmara afirmou não perceber este cinismo, apelando a que estas questões sejam colocadas sem rodeios, uma vez que todos os deputados do PS terão tido acesso e conhecem o teor do comunicado que foi emitido. De resto, o Presidente disse que era mentira que o comunicado dissesse que a Câmara ia filmar a AM.

O Presidente da AM afirmou ter tido conhecimento da existência do comunicado, mas não teve acesso ao seu conteúdo antes desta reunião.

Como os ânimos se exaltaram, o Presidente da AM deu a sessão por suspensa até que os ânimos se acalmassem.

Retomados os trabalhos, o Presidente da AM voltou ao assunto, lembrando que foi o primeiro, aquando das o início do actual mandato, a sugerir que as sessões das AM fossem gravadas para que as pessoas pudessem tomar conhecimento do que se passasse aqui dentro. Não obstante isso, o Presidente da AM lembrou que no entanto, existem questões do foro legal que têm de ser salvaguardadas.

O Presidente da Câmara sugeriu que as reuniões da AM passem a ser gravadas, e acrescentou que quem não tem medo que a verdade chegue aos munícipes não se opõe.

O Presidente da Assembleia reiterou que não se opõe a que as sessões da AM sejam gravadas em formato vídeo, desde que a lei o permita. O que não admite, como Presidente deste órgão, é que se esteja a incorrer em algum acto que pode ser ilegal e que mais tarde venha a penalizar os eleitos e ele próprio inclusive.

Encerrado este assunto, o Presidente da AM deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

Dada a natureza técnica das questões, o Presidente comprometeu-se em colocá-las aos serviços, que mais tarde emitirão uma resposta, e lembrou que todos estes contratos são necessários ao funcionamento da Câmara e às opções do Executivo. Explicou ainda assim que o contrato para a limpeza do Centro Escolar não desvincula os assistentes operacionais da Autarquia da limpeza do recinto, simplesmente, devido ao regime de funcionamento e à existência de actividades de enriquecimento curricular, que se prolongam até ao fim do dia, a Câmara viu-se obrigada a contratar este serviço para fazer face às necessidades que esta nova realidade veio criar.

Passou-se à votação do ponto 5 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com cinco votos a favor e cinco abstenções. Registou-se nesta votação uma ausência da sala de um deputado da CDU.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor			8	8
Contra				
Abstenção		5		5

Votação do ponto 5

- Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta da 2ª Revisão Orçamental no valor de € 9.500,00.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se se trata apenas de uma permuta de verbas entre rubricas ou se se trata de um aumento de despesa para o efeito de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de uma revisão orçamental que se impõe para fazer face à despesa que eventualmente irá acarretar a contratação do número de funcionários a que a Câmara se propõe nos pontos seguintes da ordem de trabalho para fazer face às carências de pessoal que a Câmara terá a partir do momento em que cessem os contratos dos funcionários que agora ocupam estes postos de trabalho. Trata-se de permuta de verbas entre rubricas, dado que a rubrica do pessoal não tinha dotação suficiente, e não aumento da despesa, até porque a despesa com estes postos de trabalho já existia antes, uma vez que estavam ocupados.

Passou-se à votação do ponto 6 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade. Registou-se nesta votação uma ausência da sala de um deputado da CDU.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	8	13
Contra				

Abstenção				
-----------	--	--	--	--

Votação do ponto 6

- Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de abertura de procedimento concursal comum para ocupação de oito postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa para o ano de 2012.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada perguntou porque é que se optou por realizar estes contratos por tempo determinado.

O Presidente da Câmara começou por explicar que, mesmo que estas propostas sejam aprovadas pela AM, será ainda necessária uma apreciação por parte do Governo para que possam avançar. Quanto ao facto de se tratar de contratos por tempo determinado, tal acontece porque, tratando-se de postos de trabalhos decorrentes da assunção de competências na área da educação por parte do Município, e tendo em conta que a transferência de competências nessa área decorre de um acordo de vontades, entende-se prudente a ocupação de postos de trabalho por tempo determinado, uma vez que não se pode garantir que o contrato de transferência de competências vigora indeterminadamente.

Passou-se à votação do ponto 7 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade. Registou-se nesta votação uma ausência da sala de um deputado da CDU.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	8	13
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 7

- Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de abertura de procedimento concursal comum para ocupação de seis postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa para o ano de 2012.

Intervenção da deputada Graciete Brito perguntando se estes postos de trabalho já estiveram preenchidos na Autarquia ou se se trata de novos postos de trabalho.

O Presidente explicou que todos estes concursos decorrem de situações de saída recente de pessoal, pelo que em verdade não se trata de novos postos de trabalho.

Passou-se à votação do ponto 8 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 8

- Ponto 9 – Votação e apreciação da Proposta de Taxas de Imposto e Imóveis (IMI) para o ano de 2013.

O Presidente da Câmara explicou que, à semelhança do que aconteceu nos últimos anos, a proposta é de fazer aprovar as taxas máximas de IMI, Derrama e Participação Variável no IRS, ao abrigo das obrigações decorrentes da execução do Plano de Saneamento Financeiro, da mesma forma que a Autarquia a isso estaria obrigada se tivesse aderido ao Programa de Apoio à Economia Local lançado pelo Governo.

Antes de dar a palavra ao próximo deputado inscrito, o Presidente da AM declarou que, em relação a este ponto em particular, tem reflectido com preocupação sobre o alcance e impacto nos alpiarçenses da hipotética aprovação da taxa máxima do IMI, uma vez que, ao abrigo do acordo do Governo com a Troika, os imóveis estão num processo de reavaliação e foram definidas novas regras bastante penalizadoras para os munícipes.

O Presidente da Assembleia declarou que, se o Município não pode fazer nada contra a reavaliação de imóveis imposta pela Troika, pode pelo menos aliviar o peso desta taxa, que em muitos casos será mesmo dramático, aprovando a taxa mínima de IMI. O Presidente da Mesa alertou, pois, para o facto de se hoje se aprovar a taxa máxima de IMI esta Câmara poder vir a ser confrontada daqui a uns tempos com pessoas que não vão ser capazes de pagar o IMI, sendo que o Município estará a promover uma política de confisco de imóveis por parte dos bancos e da Administração Tributária a esses cidadãos por deixarem de ter capacidade para pagarem quer o IMI, quer a prestação mensal das suas casas ao Banco.

O Presidente da Assembleia afirmou compreender a posição da Câmara Municipal, que está obrigada, por inerência do Plano de Saneamento, a maximizar as receitas, mas lembrou que só se pode maximizar receitas se existirem cidadãos para pagar impostos, o que bem poderá deixar de acontecer se se perpetuarem políticas de desertificação do Concelho como esta relacionada com a aplicação da taxa máxima do IMI. Lembrou também que neste momento muitos municípios estão a aprovar taxas mais baixas, e lamenta que Alpiarça tenha de ser uma excepção.

O Presidente da Assembleia referiu ainda que não quer que o Presidente da Câmara corra o risco de ter de vir a responder perante o Tribunal de Contas por não cumprir o estipulado no Plano de Saneamento Financeiro – mesmo que se pudesse argumentar depois que a nossa noção de maximização de receitas não é a de aplicar as taxas máximas, mas a de ter mais pessoas a pagarem taxas mais reduzidas, incentivando-as a ficarem em Alpiarça -, o que o Presidente da Assembleia propõe é que esta AM, que não está obrigada a nada, ao contrário do Executivo, chumbe este ponto, salvaguardando assim a posição do Executivo junto do Tribunal de Contas, e proponha assim que o Executivo apresente uma nova proposta com uma taxa mais reduzida, sob pena de continuamente chumbarem este ponto.

O Presidente da Mesa afirmou que se há momentos em que esta AM pode fazer a diferença, este é um deles. E lembrou que ao chumbarem esta proposta estarão até a fazer um favor ao Presidente da Câmara, ao Executivo e aos munícipes.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado mostrou-se bastante agradado com as palavras do Presidente da Mesa e afirmou considerar que as observações que o Presidente fez são pertinentes o suficiente para a bancada do PS levar muito a sério a recomendação de fazer uma proposta à Mesa.

O deputado questionou em seguida o Presidente da Câmara sobre o valor das receitas extraordinárias que resultariam da reavaliação das casas em sede de IMI, e passou a ler uma recomendação à Câmara no sentido de sugerir que a Câmara criasse mecanismos de compensação pelos montantes pagos em sede de IMI nas situações concretas que passou a enumerar, acrescentando que com estas medidas a bancada do PS pretende melhorar a dinâmica económica do Município, decorrente do incentivo à fixação de novas empresas e requalificação da paisagem urbana de Alpiarça.

Intervenção do deputado João Osório. Em relação à proposta da bancada do PS, o deputado alertou para o facto de os critérios de salvaguarda propostos já estarem contemplados na lei, quer para os arrendamentos, quer para a habitação própria permanente, quer para as empresas, pelo que esta proposta não faz o mínimo sentido. Lembrou também que, mesmo que não houvesse Troika, a lei que prevê que as reavaliações estejam concluídas em 2013 já vem de 2003.

Em relação à intervenção do Presidente da Assembleia, o deputado João Osório lembrou mais uma vez que o Município de Alpiarça está obrigado a aplicar as taxas máximas ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro que foi aprovado pela AM, e que se o Município não cumprir será penalizado pela DGAL nas transferências que a CM recebe. O deputado lembrou ainda que sempre foi um defensor incondicional da redução das taxas, mas a realidade agora é diferente, dado que hoje a CM está agarrada a um Plano de Saneamento Financeiro que impede a CDU, por exemplo, de cumprir com mais um dos seus compromissos eleitorais com a população de Alpiarça, isto é, baixar os impostos, não o podendo fazer por causa da má gestão do PS durante os 12 anos que esteve à frente da Câmara de Alpiarça.

O Presidente da Assembleia respondeu ao deputado João Osório dizendo saber que a Autarquia está obrigada aos pressupostos do Plano de Saneamento Financeiro, mas que também sabia que o Plano foi aprovado com base em dados históricos que não tinham previsto o impacto desta reavaliação de imóveis. Lembrou que se a Câmara mantiver a taxa, isto é, se não a aumentar dos 0,4% actuais para o novo tecto máximo de 0,5%, estima que a Câmara receberá mesmo assim em 2013 aproximadamente mais 25% do valor de IMI do que no ano precedente só por efeitos das reavaliações, pelo que pergunta onde é que está o perigo de não se cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, tendo em conta que este foi elaborado com base em receitas muito menores do que aquelas que a nova reavaliação vem proporcionar.

Intervenção do Presidente da Câmara. O Presidente mostrou-se sensível à argumentação apresentada pelo Presidente da Assembleia, dizendo-se igualmente preocupado com o impacto que isto vai ter ao nível dos contribuintes que estarão na alçada da aplicação destas novas regras. Apesar de achar que a argumentação do Presidente da Mesa está bem estruturada e faz todo o sentido, tem dúvidas sobre se haverá realmente um aumento da receita do Município por via do IMI, dado que, se o Estado já assegurou que não ia haver diminuição nas transferências para os Municípios, não é líquido que essa manutenção do valor

das transferências não seja feita à custa da retenção do excedente da receita do IMI. O Presidente alertou ainda para o risco de qualquer decisão que passe pelo incumprimento do que está definido no Plano de Saneamento, e lembrou que a Câmara está obrigada não só a maximizar receitas, o que permitiria que se utilizasse a argumentação do Presidente da Mesa, mas está também obrigada a aumentar os impostos. Em todo o caso, o Presidente está disponível para discutir a proposta e entende que esta matéria justificava um pedido de parecer, pelo que admite que o ponto não seja votado hoje. Assim sendo, sugeriu que o ponto fosse retirado.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado começou por dizer, a propósito da intervenção do Presidente da Assembleia, que por vezes é uma honra fazer parte de um órgão que seja presidido por alguém que sabe desta maneira honrar esta casa. Em relação ao que está em discussão, o deputado afirmou que estamos a viver um momento de emergência tanto nacional como municipal e que com a reavaliação dos imóveis vai de facto haver gente sem capacidade para pagar, lembrando que uma das competências municipais é a Acção Social, pelo que, em situações extremas, a CM acabará por ter de despende as receitas que eventualmente receba por via do IMI em apoio social. Entende por isso que talvez valha a pena nestes momentos de emergência esquecer um pouco a rigidez da lei e ter a coragem de defender o interesse e o bem-estar das pessoas contra os ditames de um Plano de Saneamento Financeiro ou da Troika. Acrescentou a esse propósito que se se anda nas ruas a exigir que se contrarie a Troika, também nos ficava bem que se exigisse na nossa própria terra que se contrarie o Plano de Saneamento Financeiro para benefício dos nossos munícipes, pelo que apelou à coragem por parte do Executivo e desta Assembleia. De resto, compreende a preocupação do Executivo e não se opõe a que o ponto seja retirado para se pedir pareceres sobre esta matéria.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada também se mostrou agradada com a intervenção do Presidente da Assembleia e deixou duas sugestões ao Executivo: que este elaborasse um estudo claro e matemático que indicasse a receita extraordinária que o Município vai ter por via deste aumento de IMI e que pedisse um parecer jurídico isento sobre esta matéria.

O Presidente da Câmara lembrou que já tinha mencionado a pedido de parecer e que não podia elaborar esse estudo porque não se sabia qual ia ser a posição do Estado em relação a essas receitas e porque as Finanças não fornecem os dados.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada defendeu que a forma como a questão está a ser colocada dá a sensação de que a Câmara tem alguma responsabilidade no grave aumento de despesa para os portugueses que resultará destas reavaliações, quando a verdade é que não é a Câmara que faz as avaliações nem é a Câmara que define qual é a taxa máxima a aplicar.

A deputada mostrou-se sensibilizada pela preocupação dos elementos do PS, mas comentou que não deixa de ser irónico que o PS, que esteve 12 anos à frente da CM e com uma situação financeira bem melhor do que aquela que deixaram à CDU, nunca tenha tido a preocupação de baixar as taxas de IMI, tendo sempre aprovado, com a oposição da CDU, as taxas máximas. Entende ainda a deputada que não é preciso sermos corajosos mas responsáveis.

Intervenção do Paulo Sardinheiro. O deputado comentou que a CDU bem pode evocar as posições que teve ou deixou de ter no passado, porque o que se está a assistir aqui é a uma bancada da CDU que está a travar uma iniciativa com o fim de baixar os impostos dos alpiarcenses ou compensá-los do peso que esses impostos terão nas suas vidas. Na opinião do deputado, se a CDU tivesse alguma vontade de ajudar a população tinha-se chegado à frente e apresentado alguma alternativa como o fez o Presidente da Assembleia e a bancada do PS.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado perguntou se é intenção do Executivo aplicar a majoração de 20% a prédios urbanos degradados e a elevação ao triplo das taxas a prédios urbanos devolutos. Relativamente à votação do ponto, o deputado afirmou que se tivesse a certeza de que nunca mais ia ouvir falar da dívida, votava a favor, como não tem a certeza, votará contra.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado lembrou que se não estivesse a decorrer a reavaliação dos imóveis esta questão não se colocava e que o que é mais gravoso para as famílias não é o aumento de 0,4% para 0,5% da taxa de IMI, mas a reavaliação dos prédios urbanos, sendo que essa avaliação é totalmente alheia à Autarquia. O deputado afirmou que também veria com agrado que se analisasse melhor esta questão, mas está, à partida, mais inclinado para uma solução do género da que foi apresentada pelo PS, de se arranjam mecanismos de compensação, do que em alterar o valor da taxa, o que pode criar problemas gravíssimos ao Município.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões do deputado Lúcio Amaral. O Presidente explicou que não é possível aplicar aquelas majorações uma vez que a CM não tem as situações identificadas e não veio nenhuma lista à AM para análise e aprovação. Quanto à questão da dívida, ela surge porque é um facto, existe e condiciona diariamente a acção do Executivo.

De resto, desde que o município não seja de forma alguma penalizado por uma decisão que esta AM venha a tomar e se o parecer jurídico for favorável a esta proposta o Executivo não tem problema nenhum em avançar com ela, até porque ela vai ao encontro daquilo que é a sua perspectiva, pelo que o Presidente agradeceu desde já o contributo da Assembleia.

Depois de um intervalo, o Presidente da Câmara tomou a palavra para propor à Assembleia a retirada deste ponto, por forma a pedir-se pareceres jurídicos à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Direcção Geral das Autarquias Locais sobre a alteração da taxa a aplicar.

O ponto 9 foi retirado da ordem de trabalhos.

- Ponto 10 – Apreciação e votação da Proposta de Taxa de Derrama para o ano de 2013.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. A fim de ter uma ideia da importância desta taxa, o deputado perguntou se o Executivo sabe quanto é que o Município recebeu por via da Derrama no ano passado.

O Presidente informou que o valor da receita colhida por via desta taxa está reflectido nos documentos de prestação de contas a que todos têm acesso. De momento, o Presidente não tem presente o valor, mas sabe que é relativamente residual.

O Presidente da Assembleia deixou claro que relativamente a esta taxa não partilha da opinião que expressou relativamente ao ponto anterior, uma vez que se trata de um imposto que incide sobre os lucros das empresas.

Passou-se à votação do ponto 10, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção				

Votação ponto 10

- Ponto 11 – Apreciação e votação da Proposta de Percentagem da Participação Variável de IRS para o ano 2013.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado leu uma recomendação da Bancada do PS ao Executivo no sentido de propor que a CM devolva a participação de 5% de IRS, durante o período de um ano, aos sujeitos passivos que celebrem novos contratos de arrendamento ou efectuem compra de imóveis e que em Alpiarça fixem o seu domicílio fiscal.

O Presidente da Câmara declarou que está convencido que esta proposta não pode ser concretizada na prática, uma vez que o Município apenas pode comunicar às Finanças se participa ou não no IRS dos seus munícipes. Irá no entanto informar-se da exequibilidade da proposta.

O deputado Paulo Sardinheiro afirmou que esta medida não é inédita, tendo sido aplicada, ainda que noutros moldes, em alguns municípios.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado pensa que é possível que os municípios atribuam aos munícipes determinadas compensações, ainda que não fazendo a ligação directa com as Finanças. Segundo o deputado é possível trazer à AM um regulamento geral e universal de atribuição de incentivos à fixação de pessoas no Município de Alpiarça.

Passou-se à votação do ponto 11, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 11

- Ponto 12 – Apreciação e votação da Proposta de Taxa de Direitos de Passagem.

Passou-se à votação do ponto 12, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
----------	-----	----	-----	-------

A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 12

Devido ao facto de já ser neste momento meia-noite, o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos.

A continuação dos trabalhos foi aprovada por maioria com as abstenções dos deputados Fernando Ramalho e Graciete Brito.

- Ponto 13 – Apreciação e alteração do traçado de Caminho Municipal – Permuta de terrenos com o Município, conforme informação técnica nº 89/2012 do Serviço Técnico de Obras.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de uma proposta no sentido de alterar um Caminho Municipal agrícola e que a razão de tal alteração se prende essencialmente com uma questão de vantagem em termos de exploração de parcelas por parte de um agricultor que tinha a sua propriedade cortada a meio por um caminho municipal. O município pretende remeter o caminho para os limites da sua propriedade, de maneira a poder colocar um pivô de rega. Entretanto a CM desenvolveu um conjunto de iniciativas de contacto com os proprietários de prédios agrícolas confinantes e servidos pelo caminho actual, e pediu vários pareceres jurídicos antes de apresentar esta proposta concreta.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado realçou o facto de dois dos interessados consultados terem manifestado a sua discordância relativamente à maneira de construir o novo caminho. Perguntou se esta proposta já está ponderada de maneira a não defraudar aqueles que manifestaram as suas discordâncias.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que as razões dos discordantes foram tidas em conta, tendo-se pedido aos Serviços Técnicos que articulassem com os proprietários as eventuais possibilidade de solução. Elas passam sobretudo pela abertura de uma vala de drenagem ao longo de todo o caminho e pela garantia da estabilidade do asfaltamento. Também existe a possibilidade de a Câmara monitorizar o funcionamento do caminho durante os primeiros tempos e, se necessário, impor ao interessado a criação de um muro em sebe que proteja os terrenos vizinhos.

Intervenção da deputada Graciete Brito. Sabendo a deputada que de alguns anos a esta parte não tem havido fiscalização das valinhas hidráulicas, o que leva os proprietários a fazerem uso dos seus terrenos como se tudo fosse deles, a deputada perguntou ao Executivo quem é que vai fiscalizar a existência da valinha que vai ser feita e garantir que ela se mantém nas devidas condições ao longo do tempo.

O Presidente explicou que a construção da vala foi a solução encontrada e que nesta fase de certeza que resolverá o problema colocado pelas reservas daqueles dois proprietários. Quanto ao futuro, evidentemente que terá de haver controlo, quer da Câmara, dentro do espaço urbano, quer da ARH-Tejo, que é quem tem competência fora do perímetro urbano. Dentro do espaço urbano a Câmara tem tentado intervir no sentido de resolver determinadas situações pontuais.

A deputada Graciete Brito perguntou ainda se os munícipes que inicialmente discordaram com o projecto manifestaram concordância depois de se encontrar a solução da construção da vala.

O Presidente explicou que não houve nova ronda de contactos.

Passou-se à votação do ponto 13, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção da deputada Graciete Brito.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		4	9	13
Contra				
Abstenção		1		1

Votação do ponto 13

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. O deputado votou favoravelmente a proposta porque, depois de inquirido, o Executivo Municipal garantiu que as objecções levantadas por dois munícipes tiveram a devida atenção na proposta técnica de alteração de caminhos municipais.

- Ponto 14 – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento dos Campos de férias do Município de Alpiarça.

O deputado Fernando Ramalho perguntou qual era o objectivo da aprovação deste regulamento tendo em conta que Alpiarça não tem tido campo de férias. O deputado perguntou se se projecta criar alguma área de campo de férias no ou fora do Município.

Para responder a esta questão o Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que explicou que a criação deste regulamento surge na sequência da alteração da lei que eximia as entidades públicas à criação deste tipo de regulamentação. Este regulamento visa enquadrar as várias actividades que a Câmara organiza com as crianças e jovens do Concelho como sejam o OTL ou as Férias Desportivas, sendo que com isto a Câmara vai passar a poder candidatar-se a programas do IPJ para a inserção de voluntários nestas actividades e retirar daí benefícios em termos de financiamento desses mesmos voluntários.

Passou-se à votação do ponto 14, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 13

Período do Público

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era meia-noite e trinta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____